



**PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**

AMANDA SOUZA E SILVA

**RELAÇÃO DA DIVERSIDADE, DIFERENÇA E DESIGUALDADE NO
CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

GOIÂNIA
2022

AMANDA SOUZA E SILVA

**RELAÇÃO DA DIVERSIDADE, DIFERENÇA E DESIGUALDADE NO
CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, sob a orientação da Dr^a. Elianda Figueiredo Arantes Tiballi.

GOIÂNIA
2022

À minha mãe, alicerce da minha base social, que serviu de farol para que eu pudesse enfrentar a vida com bravura. À minha madrinha, o espelho da vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente e, acima de tudo, a Deus e nossa senhora, que me ajudaram a chegar onde estou hoje, me dando todo suporte que precisava para eu prevalecer na graduação, me acalmando em momento mais de aflição que eu passava. Não foi nada fácil, porém valeu a pena.

Agradeço também à minha família, que sempre me apoiou em tudo acreditando no meu potencial, sempre ao meu lado nas minhas dificuldades, financeiramente dando a maior força ao decorrer da minha caminhada como estudante de Pedagogia. Sou grata à minha mãe (Gelsira) que desde começo esteve comigo nessa batalha, de muita aflição, nervosismo, rezava noite e noite pedindo a Deus e intenção de nossa senhora por mim. Gratidão à minha madrinha (Aгна) que sempre me apoiou em tudo, todo momento dizia palavras positivas. Sou grata, igualmente, aos meus irmãos, Pedro e Matheus, que sempre estiveram ao meu lado me apoiando e dando força nos meus estudos. Gratidão especial vai para a minha amiga, Bárbara, que me incentivou para o início de tudo, um novo recomeço na minha vida.

Aos meus professores da PUC Goiás pela aprendizagem e conhecimento que me passaram. Igualmente agradeço à minha orientadora, sou grata por ter a ela do meu lado como uma profissional sábia, Prof^a Dr^a Elianda Figueiredo Arantes Tiballi, muito obrigada! Sou também grata à sua orientanda Ancha Quimuenhe, que juntamente contribuiu para que este trabalho chegasse a esta fase final da conclusão do curso.

RESUMO

Este trabalho é um requisito para a conclusão do curso de Pedagogia, ministrado na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC), oferecido na escola de Formação de Professores e Humanas, desta instituição em alusão. O tema desta monografia é a relação entre a diversidade, diferença e desigualdade no contexto da educação escolar. As reflexões e vivências levaram à seguinte questão norteadora: como a diversidade, a diferença e a desigualdade se manifestam na educação escolar no nível básico, na rede do ensino público do Brasil? O objetivo geral da pesquisa foi: explicitar a manifestação da diversidade, da diferença e da desigualdade na educação escolar no nível básico na rede pública do Brasil. De forma mais específica, os objetivos foram: explicitar o conceito de diversidade, diferença e desigualdade; analisar a relação entre a diversidade, a diferença e as desigualdades na educação; e, analisar a relação das desigualdades sociais na educação escolar. É uma pesquisa qualitativa e bibliográfica que, para sua efetivação, contou com as abordagens de Bourdieu (2007), Libâneo (2012), dentre outros autores que discutem sobre a temática em pesquisa. A conclusão mostra os três conceitos foram construídos na sociedade, se manifestam pelas desigualdades sociais, e que a escola consagra e perpetua essas desigualdades sociais, constituindo assim um ciclo de vida permanente para o desfavorecido na sociedade.

Palavras-chave: Desigualdades sociais; desigualdades educativas.

ABSTRACT

This work is a requirement for the completion of the Pedagogy course, taught at the Pontifical Catholic University of Goiás (PUC), offered at the School of Teacher Training and Humanities, of this aforementioned institution. The theme of this monograph is the relationship between diversity, difference and inequality in the context of school education. The reflections and experiences led to the following guiding question: how are diversity, difference and inequality manifested in school education at the basic level, in the public education network in Brazil? The general objective of the research was: to explain the manifestation of diversity, difference and inequality in school education at the basic level in the public network in Brazil. More specifically, the objectives were: to explain the concept of diversity, difference and inequality; analyze the relationship between diversity, difference and inequalities in education; and, analyze the relationship of social inequalities in school education. It is a qualitative and bibliographic research that, for its effectiveness, relied on the approaches of Bourdieu (2007), Libâneo (2012), among other authors who discuss the research topic. The conclusion shows that the three concepts were built in society, are manifested by social inequalities, and that the school enshrines and perpetuates these social inequalities, thus constituting a permanent life cycle for the disadvantaged in society.

Keywords: Social inequalities; educational inequalities.

LISTA DE SIGLAS

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologias

MCT - Ministério de Ciências e Tecnologias

PUC - Pontifícia Universidade Católica de Goiás

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| .INTRODUÇÃO | 08 |
| CAPÍTULO I - DIVERSIDADE, DIFERENÇA E DESIGUALDADE EDUCATIVAS: REFLEXÕES CONCEITUAIS | 12 |
| 1.1 Diversidade..... | 12 |
| 1.1.2 Diversidade Social..... | 12 |
| 1.1.3 Diversidade Cultural | 13 |
| 1.2 Diferença..... | 15 |
| 1.2.2 Diferenças Sociais..... | 16 |
| 1.2.3 Desigualdades..... | 17 |
| 1.2.4 Desigualdades Sociais..... | 18 |
| 1.3.1 Desigualdade Educativas..... | 20 |
| CAPÍTULO II: DESIGUALDADE SOCIAL E DESIGUALDADE EDUCATIVA..... | 22 |
| 2.2 Desigualdade Social | 22 |
| 2.2.1 Desigualdade Educativa..... | 26 |
| CAPÍTULO III: AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR..... | 30 |
| 3.1 A legitimação das desigualdades sociais na educação na perspectiva de Bourdieu..... | 30 |
| 3.1.1 Desigualdades sociais na educação escolar brasileira..... | 34 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 39 |
| REFERÊNCIAS..... | 41 |
| APÊNDICE..... | 44 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um requisito para a conclusão do curso de Pedagogia, ministrado na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC), oferecido na escola de Formação de Professores e Humanas, desta instituição em alusão. O tema desta monografia é a relação entre a diversidade, diferença e desigualdade no contexto da educação escolar.

No decorrer do curso, questões como: inclusão escolar, desigualdades sociais que acontecem nas escolas brasileiras, foram sendo discutidas, especialmente nas disciplinas de Psicologia da Educação II e de Fundamentos Teóricos da Educação Infantil. Refletir sobre esses assuntos, de alguma maneira, me despertou a atenção e o interesse em querer saber mais sobre essa temática. Desde então, comecei a pesquisar mais sobre tais temáticas para que eu tivesse uma percepção mais aprofundada sobre a inclusão escolar da criança, mais concretamente na educação escolar básica.

A partir dessas leituras fui observando que a educação que era para ser um direito universal de todo cidadão, acabou se tornando um privilégio, ou seja, não são todos que têm a sorte de conseguir ingressar numa escola ou ter um ensino de qualidade. Ainda nesta perspectiva, percebemos que a cada dia que passa se multiplicam pessoas que não conseguem entrar numa instituição de ensino escolar e muito menos concluir com os seus estudos no ensino básico.

Aliado ao tema em pesquisa, para além dos textos lidos e dos debates com os colegas durante as aulas das disciplinas mencionadas acima, quando iniciei o trabalho na escola, como professora de criança de 0 a 5 anos, esta experiência me ampliou a percepção em relação às diferenças e desigualdades frente à educação escolar, pois é uma realidade concreta. Assim, esse assunto discutido nesta monografia, vai me oferecer um preparo maior a saber atender da melhor forma as diferentes crianças vindas de diferentes realidades sociais.

As reflexões e vivências me levaram à seguinte questão norteadora: Como a diversidade, a diferença e a desigualdade se manifestam na educação escolar no nível básico, na rede do ensino público do Brasil? Assim, para responder a esta questão, definimos como objetivo geral: explicitar a manifestação da diversidade, da diferença e da desigualdade na educação escolar no nível básico na rede pública do Brasil. De

forma mais específica, nossos objetivos neste estudo são: explicitar o conceito de diversidade, diferença e desigualdade; analisar a relação entre a diversidade, a diferença e as desigualdades na educação; e analisar a relação das desigualdades sociais na educação escolar.

Para realizar esta pesquisa, definimos como principal referência as abordagens do sociólogo Pierre Bourdieu, que evidencia como as escolas consagram as desigualdades sociais. Esse autor explica como a educação acaba promovendo uma seleção direta ou indireta ao longo da escolaridade e destaca que nesse processo há pesos diferentes para os sujeitos de diferentes classes sociais, e isso dita diferentes oportunidades ao longo da vida, legitimando assim as desigualdades sociais.

Este estudo é uma pesquisa bibliográfica do tipo qualitativo. Portanto, além de Bourdieu, utilizamos um aporte teórico de outros autores que versam sobre o tema em questão. Em uma pesquisa bibliográfica o pesquisador busca principalmente em livros, artigos, periódicos, relatórios de pesquisa, publicações científicas dentro do tema abordado, teses, enciclopédia, dicionários especializados, resenha de obra, inventário de diversas naturezas (BRANT, 2018) conteúdos que possam ser utilizados e reinterpretados.

Desta forma, essas pesquisas são adotadas na origem, da modalidade de investigação na base política, no intuito de mudar a realidade da vivência incluindo as concepções do investigador. É uma pesquisa constituída por uma investigação acadêmica tendo como uma revisão sistemática da literatura. E é uma pesquisa qualitativa porque responde a questões muito individuais, ocupa-se das ciências sociais em uma realidade que não pode ser quantificada. E, desse modo, são trabalhados com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, valores e atitudes.

Assim, para iniciar este trabalho de busca por outros estudos que se dedicaram ao tema desta monografia, realizamos um levantamento de Dissertações e Teses que foram publicadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD¹. Para isso, estabelecemos como recorte temporal os últimos 5 anos: de 2016 - 2020, como premissa para iniciar a investigação do tema em questão. Nesse sentido, como descritores para a pesquisa, evidenciamos os termos: “Desigualdade social e desigualdade Educativa”. Após as buscas, fizemos a leitura atenta dos objetivos de

¹ BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologias (IBICT) do Ministério de Ciências e Tecnologias – MCT.

cada trabalho encontrado e, após esse filtro, utilizamos 6 trabalhos que versam sobre o tema em análise, sendo, 1 tese defendida em 2020 e 5 dissertações defendidas entre os anos de 2016 a 2019, conforme o apêndice 1.

Nessas pesquisas, os autores mostram como as pessoas de diferentes culturas lutam para conseguir vagas nas escolas. A tese encontrada, intitulada - Perspectivas práticas dos professores: entre a abnegação e a resignação frente as desigualdades escolares e sociais - teve como objetivo: “compreender como professores do Ensino Fundamental (...) entendem suas ações diante das desigualdades sociais que atravessam as escolas a partir das origens sociais dos estudantes” (KIELING, 2020, p. 6). Desse modo, o autor evidencia em seu texto que a depender das práticas educativas estabelecidas pelos professores, os alunos de diferentes classes sociais alcançam (ou não) a emancipação por meio da educação.

Dentre as dissertações, o texto intitulado - Afiliação universitária: trajetórias de estudantes cotistas e não cotistas em cursos de alto prestígio social na Universidade Federal da Bahia – tem como objetivo: “analisar um processo de afiliação universitária de estudantes cotistas e não cotistas no curso de medicina e direito” (OLIVEIRA, 2016, p. 6). A autora aponta como os estudantes de diferentes origens sociais chegaram aos cursos utilizando-se do recurso das cotas e como esses estudantes são, de fato, percebidos de forma diferente pelos demais que possuem uma trajetória educacional em escolas privadas.

A dissertação - Semeando o almoço na laje: Manual de implementação de hortas urbanas em comunidades de baixa renda, uma alternativa frente a problemas de desigualdade social – destaca a necessidade de projetos de caráter social que atenda a demanda da fome em comunidades carentes e como esse tipo de projeto reverbera na educação das crianças de tais comunidades.

O texto - Os sentidos da política de assistência estudantil para estudantes do ensino médio integrado do Instituto Federal da Bahia – mostra a importância das políticas de assistência estudantil aos alunos de Ensino Médio de uma escola pública da região da Bahia.

A dissertação - “Minhas crianças na escola”: sobre mulheres, mães, trabalhadoras da zona rural de Feira de Santana e o tema da Educação Infantil – a autora mostra as dificuldades de mulheres (mães de crianças em idade escolar) no que se refere a levar suas crianças para escola, mas mostra como isso as faz refletir

sobre a possibilidade de que seus filhos tenham uma vida melhor a partir da possibilidade de estudo.

E, o último trabalho encontrado - Programas de instalação de salas de aula digitais por meio da reciclagem eletrônica - teve como objetivo compreender as potencialidades do Projeto Min para as zonas marginalizadas no estado de Oaxaca, México (COBELA, 2019). O texto evidencia um projeto desenvolvido em locais em que há a marginalização da comunidade atendida e como esses programas podem contribuir na escolarização das crianças atendidas.

Dentre os assuntos evidenciados nos trabalhos analisados destacam-se: privilégio social; política de assistência estudantil para estudante de ensino médio; acesso à tecnologia; dificuldades de acesso à escola no caso das mães trabalhadoras da zonal rural. Dentre os diversos assuntos tratados, uma questão aparece e destaque em todos os trabalhos: a desigualdade social e como ela reverbera no rendimento escolar dos indivíduos. Portanto, para esta pesquisa, esses trabalhos encontrados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações foram fundamentais, haja vista que por meio deles pudemos não apenas elaborar percepções acerca das desigualdades sociais no âmbito escolar, como também estabelecer o arcabouço teórico para esta pesquisa.

Para organizar nosso estudo, estruturamos o texto em três capítulos: no capítulo I evidenciamos os conceitos de Diversidade, Diferença e desigualdade; no capítulo II, versamos sobre Desigualdades sociais e Desigualdades Educativas; e, o capítulo III, falamos sobre as desigualdades sociais no contexto da educação escolar. Por fim apresentamos nossas considerações finais e as referências que serviram de suporte para elaboração deste trabalho.

CAPÍTULO I - DIVERSIDADE, DIFERENÇA E DESIGUALDADE EDUCATIVAS: REFLEXÕES CONCEITUAIS

Neste capítulo apresentamos os principais conceitos que sustentam o assunto tratado nesta pesquisa para que possamos compreender a temática abordada sob a perspectiva teórica de autores que tratam do tema. Assim, primeiro evidenciamos o conceito de diversidade, diversidade social e o conceito de diversidade cultural. Em seguida, destacamos o conceito de diferença e diferenças sociais. E, ainda neste capítulo, debruçamo-nos sobre o conceito de desigualdade, desigualdades sociais e, por último, desigualdades educativas.

Partimos do entendimento de que todos os conceitos elencados neste capítulo estão no cerne desta pesquisa e buscam trazer uma melhor compreensão da temática.

1.1 Diversidade

Para compreendermos o conceito de diversidade partimos de pesquisas versam sobre diversidade, a cultura e a educação como tema centrais ou que investigam outros temas relacionados, ampliando o entendimento de teorias da formação e dos processos formativos desenvolvidos em diferentes espaços sociais, de âmbito local, nacional ou internacional (TIBALLI; POLETTI, 2020).

Nesse sentido, a palavra diversidade tem o significado que podemos compreender de maneira variedade, pluralidade e diferença, que se caracteriza por diversos grupos; isto é, o conceito diversidade é tudo aquilo que apresenta múltiplos, são aspectos que diferenciam como diversidade cultura, diversidade biológica, diversidade ético, linguístico e religiosas. Portanto, a diversidade caracteriza aquilo que é múltiplo.

1.1.2 Diversidade Social

No que se refere ao âmbito social a diversidade é caracterizada como forma de estabelecer diferentes grupos, ou seja, aquilo que identifica diversos grupos. A diversidade social é a convivência do indivíduo com o diferente, na relação de etnia,

orientação sexual, cultural, gênero etc. Essa estrutura social foi construída ao longo dos tempos e, de algum modo, impede e dificulta determinado sujeito de ter acesso a certos espaços da sociedade, geralmente, aqueles que foram marginalizados no próprio espaço físico.

Ao longo da história da humanidade, por diversas vezes, etnias, raças, ou mesmo religiões, nas suas mais diversas variedades foram impedidas de conviver de forma harmoniosa, originando guerras, genocídios, e preconceitos de toda ordem. Ao tratar da questão da variedade humana, Osinski evidencia que:

A importância de preservar a variedade humana; qualquer tentativa para reduzi-la, seja para a obtenção de maior “pureza” e conseqüente uniformidade dentro de uma assim chamada raça ou grupo nacional, ou de exterminar qualquer dos grupos raciais que dão à nossa espécie maior variedade, são cientificamente incorretas e opostas ao progresso humano de longo termo (HUXLEY, 1946, apud OSINSKI, 2020, p.142).

Diversidade social são pessoas diferentes que convivem na sociedade, que em nosso meio encontramos indivíduos com diversas personalidades, do seu jeito de pensar, suas dificuldades.

Diante dessas diferenças que fazem parte da própria sociedade em sua constituição, é fundamental construir uma perspectiva de respeito, é necessário aprender a conviver com cada sujeito, independentemente de suas particularidades ou grupos em que vivem. Isto porque, embora sejamos constituídos por diferenças, somos seres de direitos iguais. Então, a importância em nossas vidas de preservar a nossa sociedade, tendo cuidados e respeito sempre ao próximo.

1.1.3 Diversidade Cultural

A diversidade cultural se refere à existência de uma variedade de culturas que caracterizam um grupo de pessoas em um determinado espaço; relaciona-se à forma de organização cultural em sociedade, desde a maneira de viver, vestir, falar, costumes, tradições, organização familiar e política, etc. Portanto, a diversidade cultural nos mostra diferentes formas de uma organização social evidenciando desde sociedades tradicionais com comportamentos e procedimentos próprios à vida na comunidade.

A diversidade cultural diz respeito, ainda, a aspectos voltados aos jogos políticos e seus vínculos na sociedade mercantilizada. Segundo Tiballi e Poletti:

O que prevalece como ponto central em qualquer abordagem deste tema é o fato inconteste de que a diversidade é uma construção cultural, historicamente marcada pelo espaço territorial e pela intencionalidade política e social de sua constituição (TIBALLI; POLETTI, 2020, p. 6).

As diversidades culturais são diversas e podem ser percebidas individualmente em diferentes grupos culturais, como por exemplo: a linguagem, tradições, costumes, classe, política e muitos outros. Há, ainda, determinados grupos, ou *etho*² cultural, capital cultural etc. em que são reunidas características próprias a uma cultura humana. Assim, Ludovico e Cavalcante (2020) postulam que:

A diversidade é posta no documento como uma fonte de desenvolvimento, não somente econômico, mas também como campo de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória. Assim, alerta para que todas as culturas possam se expressar a serem reconhecidas, reafirma-se o direito à liberdade de expressão, ao pluralismo dos meios de comunicação, ao multilinguismo, à igualdade de acesso às expressões artísticas, ao conhecimento científico e tecnológico e à possibilidade de todas as culturas estarem presentes nos meios de expressão e de difusão (LUDOVICO; CAVALCANTE, 2020, p. 167).

As constatações das autoras nos levam a compreender que a diversidade cultural é um conjunto de fonte que não apenas se desenvolve em grupo, mas no campo da existência, e relaciona-se a aspectos: intelectual, afetivo, moral, dentre outros. E, conforme as autoras, toda cultura, independente do lugar, tem direito de se expressar, opinar, ter liberdade, tendo que referir-se à compreensão de cada sujeito. Ludovico e Cavalcanti (2020) evidenciam, ainda, que cada indivíduo tem um modo de pensar e agir em suas particularidades e o que temos que fazer é respeitar.

Ao tratar da diversidade cultural, Vasconcelos (2020) utiliza-se das considerações de Arante:

[...] diversidade cultural que se desenvolvem em processos históricos variados é o lugar privilegiado da cultura, uma vez que, sendo em grande medida arbitrária e convencional, ela constituiu em vários núcleos de identidade dos vários grupos humanos, ao mesmo tempo que os diferencia uns dos outros. Pertencer a um grupo social significa compartilhar um modo

² Termo de origem grega utilizado em retórica, que significava o costume, o hábito, o carácter que o escritor ou orador adoptava para dar uma imagem dele mesmo que inspirasse confiança no público; designa igualmente uma descrição explícita alusiva dos costumes da época (Dicionário de termos literários - <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/ethos>)

particular de comportar-se em relação aos outros e a natureza (ARANTE, 1998, p.16; apud VASCONCELOS, 2020 p. 300).

Diante dos pressupostos elencados pela autora entendemos que a diversidade constitui e caracteriza diferentes grupos. Assim, é possível entender que a sociedade é formada por uma classe marginalizada e outra privilegiada, pois existem dois grupos (classes sociais) tratados de maneira desigual: por um lado a classe dominante que são pessoas de alto nível econômico, com um capital maior, e por outro lado a classe dominada, que são pessoas desfavorecidas, marginalizadas, pessoas que batalham muito na vida para sobreviver, mas mesmo assim passam dificuldades.

Diante dessas demarcações de classes sociais, é preciso destacar que em um mundo capitalista o acesso à cultura dominante perpassa pela classe social à qual o indivíduo pertence; aspecto esse que será tratado mais adiante sob a perspectiva de capital cultural evidenciado por Bourdeu (2007).

1.2 Diferença

A palavra diferença é compreendida como forma de variedade, ou seja, de diferenciar certas coisas ou culturas. Pode-se entender o conceito de diferença cultural a partir de uma dinâmica mutável por meio da qual se diferencia de outras culturas por estar vinculadas a diferentes grupos sociais, delimitado no tempo e no espaço (VASCONCELOS, 2020).

Entendemos a ideia de diferença a partir da percepção de que há diversas maneiras e formas, de pessoas, de costume, de culturas, de opiniões, de pensamentos etc. Portanto, compreendemos que diferença é a forma que diferenciamos de certos grupos como raça, gênero, classe, opinião etc. São diferentes conjuntos que existem na sociedade, e que, independentemente de sua particularidade todos devem ser percebidos como partes de uma sociedade que é formada por essas diferenças.

E, entendo a escola como parte dessa sociedade em marcada por diferenças Libâneo evidencia que:

[...] a escola se caracterizará como lugar de ações socioeducativas mais amplas, visando ao atendimento das diferenças individuais e sociais e à integração social. Com apoio em premissas pedagógicas humanitárias, concebeu-se uma escola que primasse, antes de tudo, pela consideração das diferenças psicológicas de ritmo de aprendizagem e das diferenças sociais e

culturais, pela flexibilização das práticas de avaliação escolar e pelo clima de convivência – tudo em nome da intitulada educação inclusiva (LIBÂNEO, 2012 p. 17).

Então, a escola, antes de tudo, é um espaço educativo onde são atendidos diferentes sujeitos, individuais e sociais. A escola é lugar de integração e interação que possui em sua constituição a perspectiva de acolher pessoas em diferentes aspectos, e por isso os profissionais da área devem estar bem capacitados para saber lidar com a diversidade cultural que a escola recebe.

Diante desse entendimento, é necessário perceber que a escola acolhe indivíduos com particularidades que devem ser compreendidas; perceber que o ambiente educativo reverbera a cultura das diferentes camadas sociais que a escola recebe; e que, nesse sentido, cabe aos profissionais estarem preparados para atender e respeitar as diferenças considerando que incluir não significa apenas receber o aluno, mas estar preparado para contribuir no ensino e aprendizagem dentro das especificidades e necessidades de cada aluno.

A escola é espaço de aprendizagem e para que esse processo aconteça, os professores precisam saber lidar e tratar todos esses indivíduos vindos de diferentes camadas ou classes sociais, de maneira igualitária sem exclusão.

1.2.2 Diferenças Sociais

Diferença sociais diz respeito ao padrão de vida que o indivíduo vivencia. Nesse sentido, no mundo hodierno, sabemos que existem grupos de pessoas que têm condições financeiras para, por exemplo: ter casa própria, ter acesso a viagens luxuosas, acesso à cultura, educação, dentre outros. Por outro lado, há uma maioria de pessoas que possuem uma renda familiar praticamente insuficiente para manter as necessidades básicas dos indivíduos; além daqueles que estão absolutamente à margem da sociedade e que, literalmente, não têm onde morar e nem o que comer.

Segundo Lahirf (2003 p. 992) "a diferença social, se dá a uma condição particular, que são necessárias para que uma população mais ampla seja interessada de maneira "tocada" por categoria de bens, saberes ou práticas". Esse autor evidencia que, no âmbito escolar, as diferenças sociais reverberam nos saberes escolares haja vista que as dificuldades econômicas, muitas vezes vivida por grupos marginalizados,

podem interferir no aprendizado e, desta forma, manter ou ocasionar ainda mais as desigualdades.

Desta forma, o acesso à escola gera na população uma ideia de que quanto mais escolarizada mais possibilidade de ascensão econômica e a posições profissionais privilegiadas. Lahirf (2003, p. 984) pontua que, "a instituição escolar era estudada como um lugar central de diferenciação-divisão das classes sociais ou de reprodução das relações de forças entre grupos ou classes da formação social".

As reflexões apresentadas pelo autor mostram que as instituições escolares eram consideradas como forma de diferenciação entre classes sociais, ou seja, escola para rico e para pobre. As constatações desse autor estão consonância com Libâneo (2012) ao evidenciar que as escolas podem ser classificadas como escola do conhecimento para os ricos e de acolhimento para os pobres. Conforme as aceções desse autor, ao estabelecer políticas públicas de caráter social, a escola pública acaba se preocupando muito mais em acolher o aluno de classes sociais marginalizadas e prepará-lo para o trabalho, do que, necessariamente de promover conhecimentos científicos. Portanto, o Estado não investe em uma escola com ensino qualificado para o sujeito da classe marginalizada, enquanto outros com capital financeiro melhor, têm as condições de pagar um ensino de qualidade.

1.2.3 Desigualdades

A desigualdade é uma determinação de uma criação social, sendo assim uma situação de desigualdade social se apresenta de diversas maneiras. São exemplos de desigualdade quando a condição econômica das pessoas as impede de ter acesso às necessidades básicas, como: moradia, alimentação de qualidade, transporte, lazer, cultura.

A desigualdade vem se manifestando de diversas maneiras, como por exemplo: quando uma minoria na sociedade tem acesso à internet, educação de qualidade, bens de consumo (alimentos, produtos de limpeza e higiene pessoal, eletrodomésticos e eletroeletrônicos); enquanto a maior parte das pessoas que compõem a sociedade não tem nada disso, principalmente a educação, que é um dos temas centrais desta pesquisa.

Partimos do entendimento de que a educação é um direito de todos, mas que em função da forma como a sociedade se organiza acaba se tornando privilégio, pois

são tantos que sonham em entrar na universidade para que, assim, possa emancipar, buscar melhores condições de vida, mas a condição não permite.

1.2.4 Desigualdades Sociais

A desigualdade social é marcada pelo acesso a bens culturais que são valorizados socialmente. Desta forma, historicamente, podemos dizer que as diferenças sociais surgiram no Brasil desde o período colonial, quando a ocupação de europeus ocasionou a dizimação da cultura indígena, por exemplo.

Para Fanini e Desidério (2013) desde o período colonial é possível perceber a existência das desigualdades socioeconômicas no Brasil. Nos primeiros contatos entre o português com os nativos percebemos que houve a construção de uma relação na qual se diferenciaram entre as etnias, foram logo apropriando-se de conceitos de superioridade (portugueses) e inferioridade (indígenas).

Sendo assim, nos dias atuais, ainda é possível perceber a existência sobre a tutela dos indígenas que são bem desenhados quando estão enraizados nos resquícios dessa concepção de superioridade e inferioridade que também é demonstrada por meio da escravização africana que também faz parte da história e formação do povo brasileiro. Nos processos de colonização no Brasil era o trabalho escravo o princípio do lucro primordial e, esse entendimento aponta para uma percepção de que nosso passado nos condena.

E, embora seja possível identificar uma transformação realizada a partir do final do século XIX a XX, na sociedade brasileira - no sentido da industrialização e a urbanização - tais mudanças não ocasionaram no fim das desigualdades, mas sim na ampliação das mesmas.

Desta forma, a realidade que vivemos hoje, é que ainda é muito presente a concepção de superiores (pessoas classe alta) e os inferiores (pessoas classe média e pessoas pobres). E, desde a aceleração do capitalismo e, mesmo com o fim da escravidão, é possível perceber que avançou na sociedade a concepção de formação de mão de obra barata e, especialmente, a exploração da classe marginalizada, enquanto os donos dos meios de produção (empresários) apropriam-se da força de trabalho e pagam aos trabalhadores salários insuficientes para a manutenção das necessidades básicas.

Fanini e Desidério (2013) enunciam que processo de urbanização e industrialização, que são eventos próprios do capitalismo, culminou no escoamento de várias áreas rurais e na crescente proletarização dos centros urbanos, na formação de bairro e das periferias.

Essa massa de indivíduos destituídos de possibilidades efetivas de colocação profissional evidencia o modo pelo qual o capitalismo, em seu processo de desenvolvimento e consolidação, cria as desigualdades, que se cristalizam sob a forma de pobreza e miséria e, socialmente, sob a forma de exclusão, marginalização social, formas precárias de existência (saúde, habitação educação). E quais seriam as possibilidades de transformação dessa realidade social? (FANINI; DESIDÉRIO, 2013, p. 85).

Como podemos perceber, a desigualdade social vem se mostrando em vários aspectos, de pobreza e riqueza, entre um bairro nobre e outro que fica na periferia ou na zona rural. Assim, as desigualdades são marcadas, também, pelo acesso ao saneamento básico, à água tratada, eletricidade, dentre outros aspectos que, lamentavelmente, marcam essas diferenças e marginalizam os grupos que vivem em lugares onde não há acesso esses itens.

Portanto, em uma sociedade na qual os índices de desigualdade está apenas aumentando; em que pessoas de grupos marginalizados estão cada vez mais distantes de serviços básicos, como saúde, educação e segurança, questionamos: o que poderia ser feito para melhorar? Uma pergunta ampla para a qual, talvez, a resposta seja: por meio de uma educação que permita que as pessoas compreendam o mundo em que vivem e saibam que têm o poder de participação social por meio do voto, da escolha dos representantes públicos.

E, acerca da possibilidade de que a educação seja o meio de emancipar as pessoas e de diminuir as desigualdades sociais, o que vemos é absolutamente o inverso; segundo Libâneo (2012) a escola pública é pensada para atender às pessoas marginalizadas e acentuar o processo de exclusão das pessoas mais pobres. Isto acontece, de acordo com esse autor, por diversos motivos, dentre eles, a questão de que as políticas públicas são elaboradas pela elite que não tem a mínima intenção de emancipar a classe trabalhadora e sim manter as desigualdades sociais e preparar os alunos para se tornarem mão de obra barata.

Esse autor evidencia que na escola pública o professor ensina apenas o mínimo, ou seja, aquilo que precisaria para curso técnico ou trabalho manual,

acompanhado de livros didáticos que apresentam conhecimentos mínimos, tornando a escola um ambiente de manutenção de um sistema excludente.

Libâneo (2012) mostra que a escola pública é um espaço para acolher as pessoas marginalizadas, que entre são indivíduos excluídos da sociedade, sem estudo, sem acesso ao conhecimento. O autor ressalta que não há uma preocupação do governo em criar formas de investimento na educação, em que pessoas da classe pobre possa também ter direito de ter uma aprendizagem de qualidade como a classe privilegiada, que pagam para ter um ensino de qualidade. Conforme o autor, infelizmente, na escola pública não há esse privilégio de ensino qualificado.

Quando falamos em desigualdades sociais, evidenciamos as distâncias entre os grupos ou pessoas que não têm privilégios e nem acesso aos bens que a cultura oferece, e as pessoas que têm acesso e facilidade para conseguir tudo o de que necessitam.

A desigualdade cultural aponta as diferenças entre os grupos étnicos, grupos raciais, de gênero, dentre tantos outros aspectos que demonstram essas diferenças, haja vista que cada grupo apresenta aspectos específicos quanto ao comportamento, aos costumes, etc. Nesse sentido, é comum percebermos em nossa sociedade indivíduos desprivilegiados, sem um estudo qualificado e que, por motivos diversos, desistem de buscar suas metas, por não haver oportunidade e por se considerarem incapazes de ter um conforto na vida.

Assim sendo, o sentimento de “inferioridade” que foi produzido desde o período do Brasil colonial permanece, mas agora possui um caráter ainda mais opressor, tendo em vista que nem mesmo a educação tem permitido que as pessoas ascendam socialmente e economicamente. Isto porque, conforme Libâneo (2012), a escola pública tem atuado apenas para acolher e não produzir conhecimento, gerando, portanto, desigualdades educativas quando comparadas às escolas da rede privada.

1.3.1 Desigualdade Educativas

As desigualdades educacionais acontecem em consequência das desigualdades sociais. Desta forma, historicamente, sabemos que o acesso à educação sempre foi privilégio das elites que conseguiam pagar para acessar à escola. E, nem sempre houve uma preocupação em garantir que as pessoas desprivilegiadas, marginalizadas pudessem ou precisassem de estudo, mantendo um

círculo vicioso de privilégios das elites em detrimento da construção do conhecimento aos mais pobres.

Para exemplificar essas diferenças podemos relatar a questão do analfabetismo: durante muito tempo não se percebia necessidade de alfabetizar a classe trabalhadora, pois entendia-se que para o trabalho manual não era preciso saber ler; no entanto, com o processo de industrialização e urbanização, entendeu-se que os trabalhadores precisavam saber ler as instruções para que se pudesse fazer as máquinas funcionarem e, desde então, iniciou-se um processo de alfabetização em massa, sem no entanto se preocupar com o aprendizado, apenas com a leitura de textos instrucionais (FANINI; DESIDÉRIO, 2013).

Dessa forma, a educação pública prepara o sujeito para o mercado de trabalho; enquanto as classes das pessoas privilegiadas tiveram oportunidades de escolarização de qualidade e, por isso, possuem um bom preparo para o ensino superior. Por outro lado, as classes marginalizadas têm apenas acesso ao ensino básico que na verdade realiza apenas uma preparação ali para aprender trabalhar.

O que vemos, portanto, é que Estado contribui para a manutenção das desigualdades por meio da corrupção, que é quando indivíduo que tem dinheiro e poder e os utiliza apenas no sentido de satisfazer seus próprios anseios.

CAPÍTULO II: DESIGUALDADE SOCIAL E DESIGUALDADE EDUCATIVA

Neste capítulo apresentamos considerações mais específicas sobre desigualdade social e desigualdade educativa, entendendo que se trata de um assunto relevante para os dias atuais.

2.2 Desigualdade Social

Ao iniciar, nossas reflexões sobre a desigualdade social, que é um assunto relevante nos dias atuais e que vem manifestando no Brasil; consideramos que é importante exemplificar algumas formas evidentes de tratamento diferenciado a partir da desigualdade social. Em primeiro lugar, destacamos que o tratamento diferenciado acontece de várias maneiras, em diversos espaços no cotidiano; e, começa na forma como as pessoas vêm umas às outras, o modo como elas tratam um ao outro. Muitas vezes, observamos que aparência, o meio de transporte utilizado, a vestimenta, a cor, dentre outras características apenas visuais, determina a forma como a pessoa será recebida nos ambientes sociais diversos. Diante disso, sabemos que quanto mais marginalizada for a pessoa, menos prestígio ela terá ao ser recebida em ambientes.

Historicamente, conforme evidenciam Fanini e Desidério (2013), as desigualdades sempre existiram no Brasil, desde o período da colonização portuguesa. E, o processo de industrialização e urbanização acentuou, ainda mais, essas desigualdades sociais. Para esclarecer sobre esse processo, as autoras mostram que a cidade vem transformando em um polo de atração; o que significou um aumento populacional e contribuiu para o esvaziamento das áreas rurais e crescente de proletarização nos centros urbanos, bem como na formação de bairro e das periferias.

A proletarização dos centros urbanos também é um processo marcado pelo avanço do capitalismo, que instiga as pessoas a entenderem a necessidade de se capacitarem sempre para atender, cada vez mais e melhor, as demandas de um mercado de trabalho competitivo. As exigências do mundo capitalista e globalizado determina como o profissional deve se preparar, de forma efetiva. E, uma vez que não há preparação, capacitação, acentuam-se as desigualdades no sentido de que apenas quem tiver uma formação é que terá garantido seu espaço no mercado de trabalho.

Sendo assim, ampliam-se as desigualdades e as pessoas são, cada vez mais, excluídas e marginalizadas. Isto porque, em seu processo de desenvolvimento a sociedade capitalista produz a desigualdade, demonstrando que a pobreza é, socialmente, necessária para a manutenção da elite. E, nesse sentido, a classe marginalizada, de forma precária, dificilmente tem acesso aos serviços básicos, como a: saúde, educação, segurança, que poderiam contribuir para uma transformação para dessa realidade.

Portando, essa divisão social entre ricos e pobres estabeleceu, ao longo dos tempos, uma ideia de: a classe superior é mais privilegiada e, por isso, possui condições de trabalho, acesso a serviços essenciais, moradia, dentre outros; e, do outro lado, temos a classe marginalizada que trabalha muito, recebe salários baixos que, quase nunca é suficiente para manter a família sanado as necessidades básicas, como: alimento, moradia, vestuário, educação.

A desigualdade social pode ser representada de diferentes formas, como por exemplo: a rendas do pobre e do rico - sabemos que há uma minoria de pessoas ganham bem e uma maioria que os salários (geralmente mínimo) é insuficiente para manutenção da família. Há, ainda, pessoas desprivilegiadas que desempenham as mesmas funções que outras, mas que não recebem da mesma forma.

Outro aspecto que pode ser levado em consideração no que se referem às desigualdades sociais e à forma de tratamento nas empresas, diz respeito às diferenças de gênero: quando a mulher e homem desempenham a mesma função, possuem a mesma condição de eficiência, mesmo trabalho; no entanto, a renda da figura masculina é maior que da figura feminina, simplesmente por ser mulher. Por essa razão, essa desigualdade entre dois gêneros que inicia na medida que é comparado por salário do trabalhador.

Desse modo, podemos perceber a partir dos exemplos supracitados que a desigualdade social se manifesta em nossa sociedade, quando é destinado a tais coisas que minoria da população tem privilegio o que Estado oferece e outros não tem acesso. As desigualdades podem ser percebidas, portanto, no que se refere a: trabalho, escola, renda salarial.

Diante disso, é necessária uma percepção crítica para que possamos, de algum modo, contribuir em relação ao entendimento dessa realidade social e, principalmente, como sujeitos participantes de uma sociedade desigual, possamos atuar para uma educação que esclareça e diminua as desigualdades.

Segundo Lahirf (2003), podemos indagar sobre as condições históricas que contribuíram para estabelecer a diferença social ou cultural. Isto porque, conforme o autor, nem toda diferença social pode ser interpretada no contexto de desigualdades sociais, pois, é necessário que se convertam de vários casos, e compreendam a diferença que se diz a respeito aos objetivos de práticas e competência de desvalorizados. Portanto, para que uma diferença faça desigualdade, é preciso que todo mundo, ou maioria da sociedade, tantos os privilegiados ou desprivilegiados, possam compreender que a privação de tal atividades, que tenham acesso aos dados do bem cultural ou serviço, se constitui como uma carência, uma deficiência de uma injustiça inaceitável, ou seja: a própria sociedade naturaliza as desigualdades para que elas se mantidas.

Sendo assim, a diferença se torna a desigualdade, ela é entendida de maneira que metade das pessoas sejam desprivilegiadas das coisas que são oferecidas pelos Estado, ou por motivo de não ter condição financeira para ter acesso, por exemplo, à internet, televisão que são tecnologias importantes hoje em dia. Desta forma, para que o índice de desigualdade social possa diminuir, é importante que nossa sociedade mude, dando oportunidade para cada sujeito, tanto no que se refere ao trabalho, estudo, segurança, saúde ou seja: tudo que possa auxiliar o indivíduo a melhorar sua condição de vida.

Então, é necessário que toda a cultura, principalmente a iletrada passa a ser letrada; ou seja, que o Estado ofereça um estudo gratuito e de qualidade para toda a população da classe marginalizada, para que todas as pessoas possam ter um estudo digno preparando para o mercado de trabalho ou ensino superior.

Segundo Lahirf (2003), o estudo sobre a desigualdade social mostra que essas desigualdades se acentuam quando se exclui as pessoas do acesso à escola. E, mais do que isso, que a escola atua numa perspectiva de manutenção de uma cultura da classe dominante, socialmente legitimada que, geralmente, só tem acesso as pessoas das classes privilegiadas.

Nesse caso, a desigualdade existe quando há uma conduta de desprivilegiado em grupos de definição. Em certas culturas os limites dos subgrupos de pequenas comunidades não têm o acesso a bens que são oferecidos para a sociedade, são minoria de pessoas ou grupos que estabelecem essa prática.

Segundo Bourdieu (2007, p. 67), "o capital social se opõe como único meio de desigualar o fundamento de efeitos sociais, que ao mesmo são claramente entendidos

sobre no nível de agente singulares, que se constituem na pesquisa estatística". Esse autor destaca como capital cultural e social elementos que constituem e classificam os indivíduos em dentro da sociedade.

Desta forma, o capital social é essencial para que se possa pertencer a uma classe favorecida que possui benefícios e que usufrui em relação ao que é difundido de forma com herança, portanto só quem apenas têm oportunidade na sociedade são pessoas da classe abastada. Assim o autor esclarece que os indivíduos que têm acesso à cultura socialmente produzida e legitimada são aqueles que já fazem parte das classes sociais privilegiadas e que a escola, por reverberar essa cultura, acaba marginalizando, ainda mais, os indivíduos que não fazem parte desse grupo.

Bourdieu afirma que:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimentos e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos) mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 2007, p. 67).

A partir das concepções de Bourdieu, percebemos que em todos os casos, diferentes indivíduos, pode-se obter determinados rendimentos com grande desigualdade do capital social, tendo assim um grupo mais favorecido em relação ao capital. Por que, esse capital está ligado ao conjunto de relações em torno de institucionalização do interconhecimento vinculando coletivamente no grupo do indivíduo superior.

Sendo assim, a desigualdade social que vem sendo construída no país ao longo dos anos, é, por assim dizer, previsível, haja vista que conforme o autor a forma de manutenção do capital social e cultural e por meio, geralmente, de herança familiar; ou seja: o indivíduo precisa pertencer a grupos familiares que já possuem um capital cultural e social que o permita ter acesso a bens, seja de consumo ou à própria cultura legitimada socialmente. Em outras palavras, de que uma minoria tem mais acesso que outra, um exemplo: a educação de qualidade, salário alto, saúde etc. Enquanto na classe marginalizada, é desprivilegiado de tudo, até mesmo os bens que são oferecidos pelo.

2.2.1 Desigualdade Educativa

A desigualdade educativa é um assunto bem delicado a ser considerado, pois envolve tantas pessoas e diversos grupos. Trata-se de uma questão complexa, porém relevante, para nossa realidade atual. Para Tiballi (2016), a desigualdade educacional vem se estabelecendo por meio de análises críticas, que é mostrada como correlação entre a desigualdade social. Sendo assim, desigualdade educativa e desigualdade social são aspectos que se equivalem, haja vista que uma reverbera na outra sob concepções ideológicas que as compõem. Nesse processo ideológico a realização da separação entre uma realidade que representa daquilo que se faz dela, é transformar um único motivo em gerar as ideias autônomas e igualitárias sobre a realidade que estamos vivendo.

Desse modo, essa separação entre duas realidades, desigualdade social e educativa, é tão relevante para os dias atuais. E, tendo como eixo fundamental de transformar esses dois fatos sociais que existem na sociedade em uma ideia só. Como? Fácil, porque ao falarmos de desigualdade social estamos entrando na educacional, porque quando se discute a desigualdade social, termina também na educação, pois acima de tudo a escola está relacionado com a política e as pessoas com a sociedade.

Desta forma, vivemos em uma sociedade de exclusão na qual muitos não estudam por falta de oportunidade e, assim, vão crescendo se tornando um adulto analfabeto. Sob esse entendimento, é que podemos dizer que aí começa o desprezo pela sociedade. Para tratar da diferenciação entre o inferior e superior que é reproduzida nas escolas, Libâneo utiliza-se das considerações de Charlot (2005):

É incisivo ao rejeitar a educação pensada e organizada, prioritariamente, em uma lógica econômica e de preparação ao mercado de trabalho. Segundo ele, a visão de educação imposta por organismos internacionais produz o ocultamento de dimensão cultural e humana da educação, à medida que dissolve a relação entre o direito das crianças e jovens de serem diferentes culturalmente e, ao mesmo tempo, semelhantes em termos de dignidades e reconhecimento humano. Ele conclui: “Desse modo, a redução da educação ao estatuto de mercadoria resultante do neoliberalismo ameaça o homem em seu universalismo humano, em sua diferença cultural e em sua construção como sujeito” (CHARLOT, 2005 apud LIBÂNEO, 2012, p. 23).

Portanto, vivemos em um país, onde há tantas pessoas que não tiveram oportunidade de frequentar uma instituição escolar, que vive numa sociedade que se

organiza em torno da comunicação escrita, mas que não sabem ler e escrever e sofrem com o desprezo, exclusão e humilhação por não fazerem parte de uma cultura letrada. Dentro dessa realidade, questionamos por que o Estado não investe mais em educação, propondo um estudo digno para todos, uma preparação qualificada para que toda a população possa ser alfabetizada e estudada tendo um trabalho digno.

E, não podemos deixar de mencionar as diferenças entre escola pública e particulares. Nesse caso, compreendemos que a educação é um direito de todos, mas vemos a partir das diferenças que acaba sendo privilégio. Sendo assim, o ensino está se tornando-se diferenciado, uma vez que nas instituições públicas, o estudo é inferior, desqualificado, haja vista que o sistema elaborado pelo Estado não promove políticas públicas que realmente se dediquem ao ensino de qualidade. Em conformidade com Libâneo (2012) a escola pública acolhe o aluno e o prepara para o mercado de trabalho. Por outro lado, a rede particular de ensino promove uma educação de qualidade, e, mais que isso, uma vez pagando pelo trabalho da escola, os pais cobram de seus filhos que eles se dediquem, além de cobrar da própria escola que ofereça qualidade.

De acordo, com Fanini e Desidério (2013):

Enquanto no ensino público faltam investimento mínimo para assegurar aos professores condições dignas de trabalho e aos alunos falta um ensino de qualidade, as escolas particulares cobram altas mensalidades e recebem auxílios governamentais, podendo, assim, contar com um quadro docente bem remunerado e oferecer um ensino de melhor qualidade. O aumento do número de instituições particulares de ensino coincide com o sucateamento das escolas públicas (FANINI; DESIDÉRIO, 2013, p. 89).

Essa é a realidade do Brasil, enquanto os que têm capital financeiro melhor adquirem uma educação de qualidade, propondo ensino qualificado com profissionais bem preparados; nas redes públicas, não temos investimento na educação, não há estrutura de trabalho justo para professores.

Sendo assim, que ao terminarem a educação básica, os alunos que sempre estudaram em colégio particulares e tiveram um ensino bem preparado, ao entrarem na universidade, têm mais oportunidades de entrarem em cursos oferecidos na rede pública; ou mesmo conseguem notas que os permitem receber bolsas de estudo com 100% do valor do curso.

Por outro lado, os alunos das classes menos favorecidas, que não tiveram uma base educacional que os preparasse para entrar na universidade, quando conseguem,

infelizmente não é suficiente para concorrer a bolsas. O que vemos, geralmente, são essas pessoas conciliando trabalho e estudo para que consigam, minimamente, terem uma formação no ensino superior que os permitam sonhar com uma vida melhor.

Para Bourdieu (2007), é necessário ter uma compreensão sobre o capital cultural, para que possamos formular hipóteses indispensáveis para o entendimento em relação ao rendimento educacional das crianças de diferentes classes sociais. Assim, conforme o autor, o “sucesso escolar” e os benefícios que a educação pode trazer vai depender dos investimentos feitos na educação, tanto por parte da família, quanto por parte do próprio Estado.

No entanto, o Estado é que tem a obrigação de investir em escola para crianças de instituição pública, investir para que elas possam ter um ensino de qualidade e obtenham sucesso escolar, como os alunos das escolas particulares. O que consideramos ideal é que todos os indivíduos, tanto de escolas particulares como de escolas públicas possam ter as mesmas oportunidades, que tenham um ensino que lhes ofereça possibilidades de bons resultados.

No entanto, ao calcular o investimento pelo número de alunos, o Estado não considera os resultados, nem tampouco a qualidade, mas apenas a questão quantitativa. De acordo Bourdieu,

Os economistas têm o mérito aparente de colocar explicitamente a questão da relação entre as taxas de lucros asseguradas pelo investimento educativo e pelo investimento econômico (e de sua evolução). Entretanto, além de sua medida do rendimento do investimento escolar só levar em conta os investimento e os benefícios monetários ou diretamente conversíveis em dinheiro, como as despesas decorrentes dos estudos e o equivalente em dinheiro do tempo dedicado ao estudo, eles também não podem dar conta da parte relativa que os diferentes agentes ou as diferentes classes concedem ao investimento econômico e ao investimento cultural por não considerarem, sistematicamente, a estrutura das chances diferenciais de lucro que lhes são destinadas pelos diferentes mercados, em função do volume e da estrutura de seu patrimônio (BOURDIEU, 2007, p. 73).

E, quando se fala que tantas pessoas que nunca estiveram em uma instituição escolar, por motivo de não conseguir vagas, ou dificuldade ao ir à escola, por às vezes morarem tão longe de escolas, são tantas mães trabalhadora que lutam por vagas em escola para suas crianças pequenas e não conseguem. Então onde essas verbas que direciona estão indo que o Estado repassa, ou não está “repassando” como devia ter, acho que a Educação precisa de alguém que priorize mais essa área, construindo

mais escolas nas áreas rurais, investir mais em matérias, formação de professores para que possa preparar ótimos profissionais da educação, sabendo dominar conteúdo que é proposto para ensinar os alunos.

Sendo assim, os investimentos direcionados às escolas públicas, só levam em conta aos investimentos e os benefícios, a quantidade de alunos e não necessariamente as necessidades reais de promoção de educação de qualidade. De acordo com Tiballi:

Em vários outros estudos dessa natureza, permitirá em compor um retrato das fragilidades internas da escolas públicas, localizadas na precariedade de suas instalações físicas e de seus recursos didáticos, nas deficiências de formação do professor, no tradicionalismo elitista da organização curricular, na centralização e burocratização das decisões pelas secretarias de Educação e nas dificuldades escolares dos alunos, agravadas pela situação de pobreza em que vive a maioria deles e pela inadequação de sala de aula (TIBALLI, 2016, p. 119).

As considerações dessa autora mostram que há um excesso de burocratização e centralização de decisões, sem, no entanto, promover uma aprendizagem de qualidade. Assim sendo, a precarização da educação pública pé um projeto elitista de manutenção das desigualdades sociais.

Sendo assim, em nosso país, necessita de bom investimento na educação, desde a formação de professores à preparação dos alunos para o ensino superior ou mercado de trabalho, ou seja, independente do que for trabalhar que sejam ótimos profissionais e bem preparados.

CAPÍTULO III: AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

O objetivo deste capítulo é refletir sobre como as desigualdades sociais se manifestam no contexto da educação escolar a partir das abordagens do Bourdieu (2007). Para esse sociólogo, as desigualdades sociais se repercutem na educação escolar na medida que a escola consagra e legitima as desigualdades sociais, pois as exigências colocadas ao aluno são as mesmas para todos eles, sem olhar a origem e ou a condição social da criança, o que faz com que privilegie cada vez mais os aqueles que já possuem um capital cultural legitimado pela escola. Com isso, pode-se dizer que, sob as concepções desse autor, as desigualdades sociais estão presentes em nossas vidas, em todo tempo basta percebermos ao nosso redor, pois elas se manifestam de maneira tão aberta.

Ao falar de trabalho e da educação, apenas a minoria de indivíduos da classe rica com todo suporte consegue um bom trabalho em lugar de prestígio. Por outro lado, uma maioria da população da classe marginalizada, que são desprovidos de tudo na sociedade, passam várias dificuldades, esses são os não privilegiados. E, assim, a educação que é direito de todos, acaba se tornando um privilégio para algumas pessoas, como mostra Libâneo (2012).

3.1 A legitimação das desigualdades sociais na educação na perspectiva de Bourdieu

Partindo das perspectivas de Bourdieu (2007), falando sobre a educação e como a desigualdade social vem se manifestando no interior escolar, apresentamos aqui para iniciar nossas considerações, as percepções do autor sobre a relação do capital cultural e o *etho* ou *habitus*, no sentido de como tais aspectos determinam ou influenciam no rendimento escolar dos alunos de diferentes classes sociais. Assim sendo, conforme Bourdieu (2007), o êxito escolar está vinculado ao capital social, tornando como herança por meio familiar, pois desenvolve um papel no sentido de orientação, demonstrando que como determina de forma essencial sobre o processo de estudo, seja por ação de família, ação da escola, tendo como aspecto de como se vê a esperança de prática no êxito escolar (BOURDIEU, 2007).

Podemos entender, sobre a fala do autor de que o capital social e *etho* serão diferenciadas em consonância com as diferentes classes sociais presentes em nossa

sociedade, tendo em vista que tanto o capital social como o *ethos* varia de acordo com condições financeiras do indivíduo e da família à qual pertence o indivíduo.

Para exemplificar, na cultura da classe de pessoas trabalhadoras o estudo não é valorizado porque nesse meio são as pessoas da classe marginalizada. Geralmente, as pessoas que compõem essa classe são indivíduos que, quando adentram o período da juventude, acabam precisando optar por trabalhar ou estudar; o que é uma dúvida cruel no sentido de que não se consegue estudar uma família que não tem condições de manter as necessidades básicas. Desta forma, a maior parte dos jovens optam por trabalhar e, às vezes, tentam conciliar na esperança de conseguir a emancipação financeira a partir dos estudos. Por outro lado, os jovens das classes privilegiadas não precisam trabalhar para auxiliar no sustento da família, possuem tempo, disposição e dinheiro para participar de atividades culturais, praticarem esportes, vão ao cinema, dentre tantas outras atividades que é valorizada no âmbito da cultura legitimada.

Segundo o Bourdieu (2007) o *etho* é o que valoriza o estudo, que em algumas culturas são respeitados e considerados, ele está presente, na classe dominante. A seguir destaca o capital cultural e o *ethos* mostrando como esses variam de acordo com a classe a que pertencem os indivíduos.

Na realidade cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir. A herança cultural, que difere, sob os dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxitos (BOURDIEU, 2007, p. 41 -42).

Então, o *etho* diz respeito àqueles que valorizam o estudo que mostra a importância de estudar; o que é percebido apenas na classe superior, ou seja, apenas pessoas de nível alto que valoriza, respeita essa cultura de que estudar é tão importante para a vida na sociedade, tendo mais conhecimento e oportunidade de conseguir ótimos empregos. Isto está presente ao que Bourdieu vai dizer “pela herança, que vem passando por geração em geração”, então pode-se entender que o *etho* está mais voltado para a cultura de pessoas da classe elite (rica), pois como diz: os filhos da classe superiores concluem o ensino secundário em escola de qualidade, mantendo financeiramente um estudo qualificado.

Então a linguagem é valorizada a essa questão do *etho*, que é um conjunto de valores e prática considerado em famílias da classe elite (superiores) eles defendem

que os estudos são valorizados, por isso são incentivados a estudar respeitando esse valor.

Por outro lado, temos a classe média que não conseguem atribuir maior valor aos estudos por diversos motivos, dentre eles, por não terem tempo para se dedicarem aos estudos. Muitas crianças que mal acabaram de sair da infância cuidam dos irmãos menores para que suas mães possam trabalhar, outras mães não conseguem vagas em escolas mais perto de suas casas para seus filhos. Aqueles que conseguem estudar, muitas vezes optam pelas áreas técnicas para que possam capacitarem-se para o mercado de trabalho de maneira mais aligeirada.

A principais considerações de Bourdieu sobre o *etho* que pode ser compreendido ao mesmo valor, ao dizer por um lado, indivíduo da classe dominante tem todo suporte para conseguir entrar na universidade, porque além de sua cultura valoriza muito o estudo eles são bem preparados para o ensino superior; enquanto outros enfrentam vários obstáculos para ao menos obter meia bolsa. Por isso, muitos acabam desistindo de seu objetivo e não valorizando tanto o estudo como deveria ter. Nessa situação nos mostra o tanto que nosso estudo, a educação é desvalorizada e injusta com algumas pessoas, porque no país que vivemos hoje, para que a gente tenha ensino qualificado precisamos haver financeiramente, e aqueles que não têm, infelizmente acaba desistindo dos estudos.

Para Bourdieu (2007), as dificuldades que os indivíduos enfrentam para ter a chance de entrar para o ensino superior, nos mostra claramente que as escolas perpetuam e consagram as desigualdades sociais que esse indivíduo vem sofrendo na sociedade. Assim explica o autor que:

Ora, vê-se nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais. Um jovem na camada superior tem oitenta vezes mais chance de entrar na universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que um filho de operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores àquelas de um jovem de classe média (BOURDIEU, 2007, p.41).

Nessa fala do autor podemos ver claramente a situação que muitos jovens da classe pobre sofrem quando terminam a educação básica e querem cursar uma universidade, mas, infelizmente, são várias pessoas que disputam por uma vaga. Quando o autor evidencia que um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances que um jovem filho de um assalariado é um dado que, embora pareça

pessimista, é real, e vemos isso todos os dias nas nos corredores das universidades, públicas e particulares: quem teve uma boa educação básica consegue vagas e bolsas e quem teve que conciliar trabalho e estudo acaba necessitando se desdobrar ainda mais para conseguirem pagar pelos seus estudos.

Bourdieu (2007) destaca que a possibilidade de ser bem empregado após a conclusão da educação básica acaba sendo mais provável quando o indivíduo possui um capital cultural privilegiado, o que distânciava os alunos das classes marginalizadas e aqueles que possuem um capital cultural legitimado pela escola. O autor evidencia que esse capital cultural legitimado pela escola e pelos livros didáticos estão em consonância com a cultura dominante; portanto, um aluno que tem a possibilidade de ouvir boas músicas, praticar esportes, fazer aulas de línguas, ter um lazer que o permita descansar, dentre outros, faz parte do arcabouço cultural esperado pela escola, mesmo nos currículos das escolas públicas.

Bourdieu e Champagne (2007) apontam essa diferenciação de aluno com boas condições que receberam de sua família, investimento e capacidade de bom preparo, tendo como um exemplo de saber sustentar no caso de incerteza, mostrando como aplicar o investimento na hora e lugar certo, ou seja, indo para bons caminhos de ensino, em ótimas instituições, com boas estruturas. Conforme esses autores, os indivíduos de famílias mais desprovidas de capital social, os filhos de imigrantes, muitas vezes são entregues a si mesmos desde o fim dos estudos primários, são coagidos a se submeterem a determinadas imposições da instituição escolar, no caso para encontrar um rumo sobre sua vida, apresenta cada vez mais dificuldade (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 2007).

A fala dos autores mostra como o capital cultural herdado da família pode contribuir no sentido do aluno conseguir prosseguir nos estudos, haja vista que esse capital contribui na formação dos hábitos, sejam eles de leitura, de cultura ou mesmo, da ausência dessa cultura, como no caso das famílias desprivilegiadas.

Por essa razão, para Bourdieu e Champagne (2007), muitas vezes a escola exclui e contribui para a manutenção das desigualdades. Essa exclusão ocorre, especialmente pelo fato de que a escola trabalha sob a concepção da cultura dominante, desde a elaboração dos currículos à aplicação das atividades. E, sob essa perspectiva, os alunos que já são desvalorizados por não terem acesso à cultura dominante, não conseguem alcançar os colegas e, desse modo, constrói-se um círculo vicioso e reprodutivo das desigualdades.

Bourdieu e Champagne (2007) evidenciam que:

Como sempre, a escola exclui; mas, a partir de agora, exclui de maneira continua, em todos os níveis dos cursos (entre as classes de transição e os liceus de ensino técnico não há, talvez, mais que uma diferença de grau), e mantém em seu seio aqueles que exclui, cotentando-se em relega-los para os ramos mais ou menos desvalorizados (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 2007, p. 204)

Então, falando de exclusão, desigualdade, apresentando aqui que os privilegiados são as pessoas da classe rica, enquanto a classe marginalizada fica à margem da cultura, da economia, da sociedade como um todo. Os dizeres dos autores mostram que escola exclui, consciente de que o faz, sem, entretanto, saber como mudar essa realidade.

3.1.1 Desigualdades sociais na educação escolar brasileira

Ao tratar das desigualdades sociais nas escolas brasileiras é preciso destacar que elas surgem articuladas aos sujeitos em suas perspectivas de diferentes classes, um assunto que nos relata a luta de classe social defendendo uma educação na qual todos os indivíduos possam ter acesso à escolarização.

Para entender esse processo, destacamos as considerações de Libâneo (2012) que evidencia que, no Brasil existe um dualismo perverso entre as escolas para ricos e pobres. Para esclarecer sobre a educação do país esse autor mostra como as políticas de caráter neoliberal, embora tenham sugerido leis que evidenciassem a educação como um direito de todos, também reverberou em práticas de acolhimento e socialização nas escolas públicas.

Guzzo e Filho (2005) destacam que, ao falarmos das desigualdades sociais, estamos a falar da vida cotidiana. Os autores pontuam que as desigualdades sociais iniciam em pequenos detalhes no nosso convívio cotidiano, em nosso redor e acaba se tornando algo grande, que adentra as instituições escolares. Assim, as desigualdades sociais estão presentes cada dia mais em nosso meio, nas soberanas cidades brasileiras. Nesse fato, se têm caracterizado de forma tão grandes nos centros urbanos, que estão aptos a congregar em um mesmo lugar, que diferenciam em diversos grupos sobre os interesses econômicos, políticos e sociais contrárias.

A escola sendo um espaço social se mobiliza como um espaço de atuação educacional, mais amplo, que deve atuar no sentido de atender as diferenças sociais e individuais. Isto porque, a escola é o espaço propício para incluir, para atender às particularidades dos grupos sociais, tendo como premissas apoios pedagógicos mediando sobre o desenvolvimento afetivo, emocional, físico, psicológico do aluno.

Para que isso seja possível, é necessário considerar diversas culturas das diferentes pessoas atendidas no ambiente escolar, independentemente de suas dificuldades haja vista que somos iguais em direitos, mas diferentes em cultura, em essência, em hábitos. Assim sendo, que a escola não deve ser um lugar de exclusão e sim um espaço em que se inclua a todos de maneira que o indivíduo sinta acolhido.

Segundo Libâneo (2012) a escola tem objetivo fundamental para a formação dos alunos que estão à procura de ampliar nos recursos financeiros de todos os níveis e modalidade de ensino. Isto porque, a escola pública atende alunos das classes de pessoas trabalhadoras que, de alguma forma, veem na escola uma maneira de emanciparem e de poderem conseguir melhores condições de vida. No entanto, devido às políticas neoliberais essas escolas acabam assumindo um papel muito mais voltado à socialização do que, necessariamente, de preparar o aluno para adentrar a uma universidade.

Então, conforme esse autor, é necessário que o Estado invista na educação básica como um todo, desde a formação de professores, à infraestrutura das escolas. No que se refere à formação de professores, o autor evidencia a necessidade de preparar futuro os profissionais na educação para atuar sobre desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Desse modo, destaca que, no âmbito da escola pública, os professores têm a responsabilidade formar pessoas para o trabalho.

Libâneo (2006) defende a educação e os professores de forma integrada; sendo assim defende que

Os ciclos da escolarização, a escola de tempo integral, a progressão continuada, a gratificação financeira a professores, a progressão continuada e, recentemente, a implantação do Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente), deixando de considerar fatores intraescolares que mais diretamente estariam afetando a qualidade da aprendizagem escolar (LIBÂNEO, 2006 apud LIBÂNEO, 2012 p. 16)

As considerações do autor mostram que a escola de tempo integral seria de maneira para ajudar os alunos como preparo, mas desde que isso seja uma escola

bem estrutura e organizada para que os alunos possam passar o dia todo escola, como forma de oferecer aos indivíduos depois das aulas, em outros períodos oportunidade de reforços escolares, grupos de estudos, para que possam tirar dúvidas daquilo que têm dificuldades na aula. Para esse autor, a educação em tempo integral é uma forma de ajudar a acolher os alunos carentes, no sentido de que a escola ofereça as refeições necessárias, mas também precisa estabelecer um acompanhamento e estrutura que lhe permita construir conhecimentos científicos.

Trazemos aqui reflexões sobre a realidade em que estamos convivendo nos dias atuais. E, consideramos que estudar esse tema na perspectiva da formação de professores é importante para que possamos formar opiniões acerca da educação e, especialmente, em como lidar com as desigualdades sociais que está presente nas escolas.

De acordo com Guzzo e Filho (2005) nos grandes centros urbanos são encaradas diversas desigualdades. Os autores, evidenciam em uma pesquisa que essas desigualdades vão aumentando e citam como exemplo na cidade de Campinas que acompanha a lógica das enormes cidades que vivenciam intensas desigualdades social. No índice apresentado pelos autores, destacam-se valores relacionados aos processos de inclusão e exclusão por meio da educação. Desta forma, indica uma distância social de 98 vezes por moradores no bairro da região noroeste (exclusão) e por outro lado temos a situação da região leste (inclusão), entretanto evidenciam a relação de pais de família de renda salarial entre 1 à 2 salários mínimos, mostrando como esses indivíduos apresentam dificuldades em incluir seus filhos nos processos de empregabilidade e que a educação, infelizmente, não tem contribuído para a emancipação dessas famílias que, em algum momento, precisam fazer opção: trabalha ou estudar.

Sendo assim, no índice nos mostra a diferenciação da distância social de 491 vezes, entre pais de família com rendas superior, ou seja, de até 20 salários mínimos por vezes, isso é na região noroeste (maior índice de exclusão) e da região leste que nos mostra (a maior índice de inclusão) (PMC, 2004 apud Guzzu, Filhos 2005).

Podemos compreender na fala dos autores, a qual nos mostra que nas grandes cidades centro urbano há uma grande desigualdade social e que isso vem expandido, como vemos alguns resultados do índice que o autor fala acima sobre inclusão e exclusão, que indica uma distância social entre pessoas da classe marginalizada (entendidas como inferiores) que e os superiores são os incluídos.

Sob essa acepção, é fundamental que compreendamos a ideia de exclusão/inclusão percebendo que a escola pode e deve atuar numa concepção emancipadora, que produza práticas pedagógicas que possam refletir nas desigualdades sociais, de forma que possamos superar esse contexto (GUZZU; FILHO, 2005).

Diante disso, o sistema educacional se dá por relação do capital, vejamos aqui na atuação de escolas públicas é totalmente diferenciado de escolas particulares, a estrutura, o ensino de instituição pública que considera precária que não há investimento suficiente para um preparo qualificado como nas escolas particulares. Além disso, é necessário repensar os conteúdos trabalhados, o currículo que é elaborado com base no capital cultural legitimado pela elite.

Nesse processo do sistema educacional, nos ocorre em meio historicamente, que se pode compreender as relações sociais de produção, que são distribuídos e ainda distribuem em sociedades de grupos econômicos perceptíveis e mais determinado uma relação entre classe (GUZZU; FILHO, 2005). A educação passou a distinguir em que momento que a sociedade passa a se estruturar em classes sociais, tanto as dominadas quanto os dominantes e, uma vez entendendo que vivemos em uma sociedade que se sustenta sob concepções de diversidade sociais, construir uma educação que valorize as diferenças.

Entender a construção e reprodução das desigualdades sociais e educacionais é de extrema importância para o processo de desenvolvimento dos conhecimentos científicos na instituição educacional. E, essa necessidade nos remete ao dever de priorizar o estudo mais abrangente, pois esse assunto ocorre bastante nas relações das desigualdades sociais que revela diante da escola.

É preciso, em conformidade com Libâneo (2012), além de conhecer, saber como lidar com o dualismo que estabelece a diferenciação no âmbito educacional sobre classes sociais. É necessário questionar propostas e as funções da instituição escolar, refletindo sobre objetivos sociais e assistenciais de acolhimento e integração social que são voltadas para os filhos da classe pobre, em contraposição da escola com a aprendizagem tecnológica que é demandada aos filhos dos ricos.

Para explicitar essa perspectiva educacional, esse autor utiliza-se das considerações de Antônio Nóvoa (2009), evidenciando que as escolas brasileiras apresentam as diferenciações quanto ao atendimento de classe sociais:

Um dos grandes perigos dos tempos atuais é uma escola a “duas velocidades”: por um lado, uma escola concebida essencialmente como um

centro de acolhimento social, para os pobres, como uma forte retórica da cidadania e da participação. Por outro lado, uma escola claramente centrada na aprendizagem e nas tecnologias, destinada a formar os filhos dos ricos (NÓVOA, p. 64 apud LIBÂNEO, 2012).

Nesse sentido, na compreensão aos dizeres do autor acima, fala exatamente sobre dos aspectos fundamentais entre essa divisão entre classe, que os privilegiados são aqueles superiores que estudam e têm condição financeiras para ter todas as garantias de um futuro promissor, especialmente pelo fato de viverem em condições favoráveis de qualidade de ensino; enquanto a classe marginalizada por depender de ensino público e que Estado não se preocupa tanto com a educação e aprendizagem, acaba conformando com conhecimento que é oferecido que não são suficientes, então recebem apenas básico o que precisa ser ensinado, para mercado de trabalho.

Por isso é que tantas jovens que concorrem bolsa estudantis não conseguem, tendo em vista que as bolsas, geralmente, apresentam como pressupostos o rendimento do estudante que, nesses casos, apenas pessoas abastadas conseguem já que apresentam melhores rendimentos, muitas vezes, adquirido a bolsa integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar esta monografia estabelecemos como questão norteadora: como a diversidade, a diferença e a desigualdade se manifestam na educação escolar no nível básico, na rede do ensino público do Brasil? Assim, para responder a esta questão, definimos como objetivo geral: explicitar a manifestação da diversidade, da diferença e da desigualdade na educação escolar no nível básico na rede pública do Brasil.

Sendo assim, diante das leituras feitas sobre a diversidade, diferença e desigualdades, podemos afirmar que todos são fenômenos que foram construídos na sociedade e constituem a base para a discriminação social. Percebemos que, embora sejamos constituídos historicamente por uma base cultural sustentada nas diferenças e na diversidade, ainda vivenciamos diversos problemas construídos a partir das desigualdades sociais. Essas desigualdades se manifestam por meio das relações de poder econômico, bem como no que se refere ao acesso aos bens de consumo e serviços, como: segurança, saneamento básico, e, especialmente, a educação. Assim, a relação entre esses três conceitos, se faz tão presente na sociedade ao longo do tempo.

Vimos por meio das considerações dos autores apresentados que as desigualdades existem no Brasil desde que se iniciou a ocupação portuguesa em terras brasileiras, momento em que as pessoas foram divididas entre superiores e inferiores. Desde então, vimos o estabelecimento de uma cultura dominante em detrimento da cultura dos dominados, naquele momento representada pelos indígenas, povo que muito contribuiu para a construção da identidade brasileira e que muito tem a nos ensinar, mas que também foi marginalizado por um processo excludente.

Ainda nesse processo de construção das desigualdades, vimos um país ser construído por meio da força do trabalho escravo, sem, no entanto, valorizar nenhum aspecto cultural das pessoas que realmente trabalharam para construir o país. Vimos que, com a urbanização e industrialização as desigualdades se acumularam e, desde então, criaram-se nos grandes centros as periferias, onde foram morar os assalariados.

A construção desta pesquisa nos permitiu perceber que a escola foi pensada com base em políticas públicas que não atendem as demandas de aprendizagem dos filhos daqueles que já são marginalizados pela sociedade, tendo em vista que a escola

pública atua na perspectiva de integração, socialização e assistencialismo e não de construção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA; Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs). **Escritos de Educação**. 9. Ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 41 – 46
- BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA; Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs). **Escritos de Educação**. 9. Ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 67 – 69
- BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA; Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs). **Escritos de Educação**. 9. Ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 73 – 79
- BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluindo do interior. In: NOGUEIRA; Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs). **Escritos de Educação**. 9. Ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 219 -227
- BOURDIEU, Pierre; os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs). **Escritos de Educação**. 9 ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BRANT, Estela Maris. **Pensamento Científico e Pesquisa Educacional**. Goiânia. 2018.
- COBELA, Marcela Yazmin Garfias. **Programas de instalação de salas de aula digitais por meio da reciclagem eletrônica**: estudo do projeto min em Oaxaca, México. PGEDU. Programa De Pós-Graduação Em Educação. Faculdade de Educação. 2019.
- CORREIA, Jociane Marta da Silva. **Os sentidos da política de assistência estudantil para estudantes do ensino médio integrado do Instituto Federal da Bahia** (Campus Jacobina, 2014 - 2017). Programa de Pós-Graduação em Educação. UFBA. (Dissertação). Bahia. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/25672/3/Os%20Sentidos%20da%20Pol%c3%adtica%20de%20Assist%c3%aancia%20Estudantil.pdf> Acesso em: 22 de março de 2022.
- FANINI, Michele Asmar; DESIDÉRIO, Shirlei Nabarrete. Instituto de Ensino Superior COC Faculdade Interativa COC. Pedagogia Educação, Cultura, Sociedade e Matemática. Módulo 1.2. Ribeirão Preto – S.P 2013.
- FELIX, Nayara da Silva Borges. **“Minhas crianças na escola”**: sobre mulheres, mães, trabalhadoras da zona rural de Feira de Santana e o tema da educação infantil. (Dissertação) Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE, da Universidade Estadual de Feira de Santana- UEFES. Feira de Santana. 2018.
- GARFIAS Cobela, Marcela Yazmín. **Programas de instalación de aulas digitales a través del reciclaje electrónico**: estudio del Proyecto Min en Oaxaca, México. 2019.
- GUZZO, Raquel Souza Lobo; FILHO, Antonio Euzébios. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. Pontifícia

Universidade Católica de Campinas. **Escritos educ.** v.4 n.2 Ibité dez. São Paulo. 2005. **Disponível:**http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005 Acesso em: 22 de março de 2022.

KIELING, Francisco dos Santos. **Perspectivas e práticas dos professores:** entre a abnegação e a resignação frente as desigualdades escolares e sociais: Rio Grande do Sul. (Tese). Programa de Pós-Graduação Em Sociologia UFRGS. Porto Alegre. 2020.

LAHIRF, Bernard. Crenças Coletivas e Desigualdades Culturais. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 24, n. 84, p. 983-995, setembro 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/WMy3xwB8WwBr6jmtTpnFMsL/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 de abril de 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira:** escola do conhecimento para os ricos; escola do acolhimento social para os pobres. Universidade Federal de Goiás, Educação e Pesquisa, São Paulo, v.38, n.1, 2012. p. 13-28 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/YkhJTPw545x8jwpGFsXT3Ct/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 de abril de 2022.

LÔBO, Daniella Couto; CARDOSO, Liliane Barros de Almeida. Educação: Formação, Diversidade e Contradições. In: TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes; POLETTI, Giorgio (Orgs). **Educação, Cultura e Diversidade:** Estudos comparativos e perspectivas 1 ed. Curitiba: Brazil Publishng, 2020, p. 315 – 327

LUDOVICO, Daniela Colella Zuniga; CALVACANTE, Cláudia Valente. Migrantes e educação: Políticas educacionais para a diversidade à luz dos fluxos migratórios Contemporâneos. In: TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes; POLETTI, Giorgio (Orgs). **Educação, Cultura e Diversidade:** estudos comparativos e perspectivas 1 ed. Curitiba: Brazil Publishng, 2020, p. 158 – 174

OSINSKI, Dulce Regina Baggio. Diversidade cultural e educação: ações da Unesco para paz e a tolerância (1946-2005). In: TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes; POLETTI, Giorgio (Orgs). **Educação, Cultura e Diversidade:** estudos comparativos e perspectivas. 1ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2020 p. 139 – 155.

RIO DE JANEIRO. **Cultura diversidade culturais e desigualdades sociais.** Volume 1, Unidade 1; Sociologia. Fundação CECIERJ Disponível em: http://projetoeduc.cecierj.edu.br/eja/recurso-multimedia-professor/sociologia/novaeja/m1u11/ch_mod01_vol1_unidade-11-ALUNO.pdf Acesso em: 22 de abril de 2022.

TIBALLI, Elianda F. A.; POLETTI, Giorgio. **Educação, cultura e diversidade:** estudos comparados e perspectivas [recurso eletrônico] / organização de– 1.ed. - Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes; POLETTI, Giorgio. Prefácio. In: TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes; POLETTI, Giorgio (Orgs). **Educação, Cultura e Diversidade:** estudos comparativos e perspectivas. 1ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2020, p. 5 – 10.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes; Universalização da Educação Básica e desigualdade Educativa no discurso Educacional brasileiro. In: MIRANDA, Marília Gouvea (Orgs). **Educação e Desigualdades Sociais**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.

VASCONCELOS, Maria Luiza Gomes. Diversidade: Cultura popular, Literatura oral e memória: cultura popular: uma breve introdução. In: TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes; POLETTI, Giorgio (Orgs). **Educação, Cultural e Diversidade**. Estudos comparativos e perspectivas 1 ed. Curitiba: Brazil Publishng, 2020 p. 298 – 300.

ZANOTTO, Luciana Carolina. **Semeando o almoço na laje: manual de implementação de hortas urbanas em comunidades de baixa renda, uma alternativa frente a problemas de desigualdade social**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (Dissertação). Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1397> Acesso em: 23 de abril de 2022.

APÊNDICE: QUADRO DE TESES E DISSERTAÇÕES

| Teses e Dissertações que abordam desigualdade social e desigualdade educativa | Títulos e nome dos autores | Data de publicação |
|---|--|--------------------|
| Dissertações BDTD | Luciana Carolina Zanotto. Semeando o almoço na laje: manual de implementação de hortas urbanas em comunidades de baixa renda, uma alternativa frente a problemas de desigualdade social. | 2016 |
| Dissertação BDTD | Soraia Santo de Oliveira. Afiliação universitária: trajetórias de estudantes cotistas e não cotistas em cursos de alto prestígio social na Universidade Federal da Bahia, que teve como objetivo analisar um processo de afiliação universitária de estudantes cotistas e não cotistas no curso de medicina e direito. | 2017 |
| Dissertação BDTD | Jociane Marta da Silva Correia. Os sentidos da política de assistência estudantil para estudantes do ensino médio integrado do Instituto Federal da Bahia. | 2018 |
| Dissertações BDTD | Nayara da Silva Borges Felix. “Minhas crianças na escola”: sobre mulheres, mães, trabalhadoras da zona rural de Feira de Santana e o tema da Educação Infantil”. | 2018 |
| Dissertação BDTD | Marcela Yazmin Garfias Cobela. Programas de instalação de salas de aula digitais por meio da reciclagem eletrônica: | 2019 |
| Tese – BDTD | <u>Francisco dos Santos Kieling</u> . Perspectivas e práticas dos professores: entre a abnegação e a resignação frente as desigualdades escolares e sociais. | 2020 |

Fonte: elaborado pela autora em base em Dissertações e Teses da BDTD

